

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v11n3p159-176>

Disciplina e Subjetivação: o sujeito no contexto escolar neoliberal

Fabio Alves Gomes de Oliveira¹

Mariana Santiago Tavares²

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de investigar a produção do sujeito no contexto escolar neoliberal, a partir de Michel Foucault. Para tal, analisaremos de que maneira os dispositivos disciplinares atuam sobre os corpos desses sujeitos no contexto escolar como um todo para que, em um segundo momento, se possa refletir sobre as especificidades desses dispositivos no contexto neoliberal. Tal equação se traduz na forma do binômio: construir/fabricar sujeitos, compreendido também pelo processo de subjetivação. Portanto, este trabalho objetiva analisar os conceitos de disciplina e subjetivação em Foucault como forma de melhor compreender as influências do contexto neoliberal nos espaços de ensino contemporâneos.

Palavras-chave: Escola. Subjetivação. Disciplina.

Discipline and Subjectivation: the subject in the neoliberal school context

ABSTRACT

This work aims to investigate the formation of the subject in Michel Foucault. To do so, we will analyze how disciplinary devices act on the bodies on these subjects in the school context, then in a second moment we can reflect on specificities of these devices in the neoliberal context. This equation translates itself into the binomial form: frame / create subjects, understood also by the process of subjectivation. Therefore, this work

1 Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Professor Adjunto de Filosofia da Educação no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES) da Universidade Federal Fluminense (UFF); Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/UFF) e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF/UFRJ), atuando nas linhas de pesquisa de Filosofia Prática; e Gênero, Raça e Colonialidade. E-mail: fagoliveira@id.uff.br

2 Graduanda em Licenciatura no Curso de Pedagogia no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mariana_santiago_tavares@hotmail.com

aims to analyze the concepts of discipline and subjectivation in Foucault in a way to better understand the influences of the neoliberal context in contemporary educational spaces.

Keywords: School. Subjectivation. Discipline.

Disciplina y Subjetivación: del sujeto en el contexto escolar neoliberal

RESUMEN

Este trabajo tiene el propósito de investigar la producción del sujeto en el contexto escolar neoliberal, a partir de Michel Foucault. Para ello, analizaremos de qué manera los dispositivos disciplinares actúan sobre los cuerpos de esos sujetos en el contexto escolar como un todo para que, en un segundo momento, podamos reflexionar sobre las especificidades de esos dispositivos en el contexto neoliberal. Esta ecuación se traduce en la forma del binomio: construir / fabricar sujetos, comprendido también por el proceso de subjetivación. Por lo tanto, este trabajo objetiva analizar los conceptos de disciplina y subjetivación en Foucault como forma de comprender mejor las influencias del contexto neoliberal en los espacios de enseñanza contemporáneos.

Palabras clave: Escuela. La subjetividade. La disciplina.

Introdução

Este trabalho objetiva compreender conceitos-chaves elaborados pelo filósofo Michel Foucault no contexto escolar neoliberal. Nesse sentido, pretende-se explorar os conceitos de disciplina e subjetivação como centrais para adiante melhor compreendermos como o mercado se insere nas políticas educacionais, tornando-se potencial princípio regulador dos corpos, pensamentos; ou seja, controlador da sociedade.

Pode-se supor que o advento do neoliberalismo trouxe para o indivíduo uma nova forma de estar e se compreender no mundo, desembocando em estilos de vida associados imediatamente ao consumo. Assim, o corpo passou a ser compreendido, nesse contexto, como espaço a ser ocupado, domesticado, docilizado e, conseqüentemente tornando-se, economicamente rentável. Ou seja, para que um indivíduo se torne um propagador de um estilo de vida coordenado pelo mercado, é

preciso transformá-lo em um consumidor. Para isso, o ambiente escolar torna-se espaço fundamental a ser ocupado pelos interesses neoliberais, que objetivam a manutenção da ideia de sujeito enquanto consumidor e em um só tempo consumível. Por fim, é possível suspeitar da existência de um pacto de uma ideologia de mercado fortemente marcada pelas relações de poder disciplinares entre aqueles que condicionam o indivíduo às raízes do individualismo e o empresariado, desembocando em um modelo de empresariamento da sociedade como um todo e da educação em especial.

O conceito de disciplina em Foucault: modos de dominação

A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 1999, p.164)

O fragmento acima nos permite inferir que o ato disciplinar não seja invenção moderna, pois, tal qual afirma Foucault, muito antes da modernidade formas de dominação por meio da disciplina já se encontravam presentes em espaços, tais quais: quartéis e conventos. A partir do século XVIII a ideia de disciplina sofre várias transformações, a fim de aumentar a utilidade dos indivíduos; ou seja, deixa de estar circunscrita pelos limites institucionais e passa a compor e estruturar as relações de dominação em outros espaços sociais da sociedade.

A disciplina é uma forma de exercício de poder, um dispositivo, ou seja, “uma rede de relações entre elementos heterogêneos [instituições, construções, regulamentos, discursos, leis, enunciados científicos, disposições administrativas]” (CASTRO, 2015, p.93) que ocorre com uma determinada finalidade estratégica. Ou seja, uma rede que visa a forjar os indivíduos, a partir da lógica da cadeia produtiva. Indivíduos politicamente

dóceis e economicamente rentáveis, com o propósito central de modificá-los e adaptá-los às novas disposições sociais e econômicas. Dessa forma as diferentes formas de disciplina subsistem sobre uma fundamentação de técnicas, assim como descreve Castro no fragmento a seguir.

Em primeiro lugar, a distribuição de corpos em um espaço quadriculado e articulado, definindo em relação a uma determinada função e ordenando em termos classificatórios: cada preso em sua cela, cada doente em sua cama, cada aluno na sua carteira, cada empregado em seu escritório ou junto a sua máquina. Em segundo lugar, o controle da atividade mediante o horário e o ajuste dos comportamentos e gestos à temporalidade de um processo. Em terceiro lugar, a organização genética do tempo, mediante a segmentação da temporalidade de um processo e a serialização de atividades repetitivas e sucessivas. E, finalmente, a composição das séries temporais mediante uma estrita linha de mando. (CASTRO, 2015, p.93)

Para Foucault, essas instituições não excluem simplesmente os corpos, mas os sequestram, sujeitando o tempo e a vida dos sujeitos ao tempo de produção. Ou seja, pretende preencher e ocupar todo o espaço de tempo desses indivíduos com a suposta necessidade de atividades produtivas. “Assim, a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”. (FOUCAULT, 1999, p.164) Tais corpos são treinados a compreender a vida como um exercício constante que visa primordialmente à movimentação do mercado.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 1999, p.164)

Justamente o que enfatiza o trecho acima acerca do nascimento da disciplina é a compreensão do corpo [humano] enquanto conjuntura, sendo parte do ser em si não somente compreendido como algo biológico - estudado pela biologia -, mas um ser que está ligado às demais

relações ao seu redor; corpo pensante e presente no espaço que dialoga e que intervém no meio social. E por meio da compreensão do corpo constituído como construção histórica e social, marcado pelo meio ao qual pertence, que o corpo cumpre a tarefa de instrumento para a constituição de uma subjetividade, igualmente dominada e sequestrada. O indivíduo, composto pelo corpo e subjetividade, se tornaria uma forma, um sujeito. Tal forma torna-se um campo de disputa em meio às relações de poder que constituem as sociedades nas quais esse sujeito está inserido e sendo formado.

O processo de subjetivação em Foucault

O código e [...] sua capacidade de cobrir todos os comportamentos [...], a importância deve ser procurada do lado das instâncias de autoridade que fazem valer esse código, que o impõem à aprendizagem e à observação, que sancionam as infrações; nessas condições, a subjetivação se efetua, no essencial, de uma forma quase jurídica. (FOUCAULT, 1984, p. 29)

De acordo com Foucault, o sujeito não é uma substância, mas se aproxima a uma forma. Tal forma, em cada relação, se posiciona e se elabora de diferentes maneiras. Conseqüentemente, há possibilidade de haver diferentes processos de subjetivação. Foucault pretende demonstrar com isso a existência de diversas maneiras pelas quais os indivíduos se tornam sujeitos. Os processos de subjetivação, desta maneira, serão os modos pelos quais os indivíduos se constituem enquanto sujeitos.

Posto isso, pode-se dizer que, em Foucault, a constituição do sujeito – o processo de subjetivação – envolve algumas etapas, dentre elas as *práticas de si*, que por sua vez se relacionam com aspectos éticos do poder e do saber. Ou seja, trata-se de compreender o processo de subjetivação em Foucault dentro do espectro tripartido de critérios ontológico de Miguel Morey (1991) que inspira a elaboração do conceito de domínio foucaultiano, por Alfredo Veiga-Neto (2003)³. Através de um conduzir-se, mediante o escopo de constituir-se a si mesmo, perpassado por uma referência de códigos que estruturam esses sujeitos se institui

3 Acompanharemos em que medida Alfredo Veiga-Neto se utiliza dos eixos de Morey para propor um pensamento de Foucault dividido em “domínios”, tais quais: Ser-Saber, Ser-Poder, e Ser-Consigo. (Veiga-Neto, 2003)

uma norma. Sujeitos que por meio desse processo de constituição de si, obedeçam às prescrições e submetam-se às normas – a modos de sujeição – supondo assim que não seja possível a constituição deste sujeito moral, sem que ocorra o processo de subjetivação do mesmo.

Os domínios foucaultianos e os temas educacionais

Neste momento do trabalho buscar-se-á fazer uso do pensamento foucaultiano para pensar temas educacionais, tais como os processos de disciplinarização e subjetivação no campo escolar, tendo em vista as políticas neoliberais que se revelam nesse universo.

Veiga-Neto identifica como sendo os três domínios da obra foucaultiana: **a do ser-saber; o do ser-poder; e o ser-consigo**. (VEIGA-NETO, 2003). (I) educação e ser-saber: no palco da *episteme* moderna o saber científico irá surgir como uma forma de *ordenação* no mundo. As diversas ciências ou as disciplinas surgem como uma construção de uma ordem no nível do saber. E esta ordenação está estreitamente relacionada com os mecanismos de poder. “Disciplinarizar é tanto organizar/classificar as ciências quanto domesticar os corpos e as vontades.” (GALLO; VEIGA-NETO, 2007, p.9). (II) educação e ser-poder: por meio da análise histórica dos poderes, Foucault mostra que se vive naquilo que se chama de modernidade três modelos de exercício de poder: o de soberania, o disciplinar e o biopoder. Dos quais não se excluem, mas sim se complementam. O campo das tecnologias disciplinares é construída no mesmo âmbito que a soberania; ou seja, como uma forma de domar os corpos dos indivíduos. O que Gallo e Veiga-Neto (2007, p.9) descrevem como: “[...] a própria noção moderna de indivíduo [sendo] um efeito de exercícios de poder [...]”. Assim, a tecnologia do biopoder emerge sobre um novo exercício, sobre o corpo político coletivo: a população; pois seria justamente o biopoder que permitiria a governabilidade da população. Deste modo, a tecnologia da disciplina tem por objetivo a sujeição do corpo do outro para torná-lo mais dócil, manipulável. Ou seja, a tecnologia do biopoder é exercida e tem impacto direto sobre o corpo político coletivo. Diante deste discurso “a biopolítica faz nascer à seguridade social” (GALLO; VEIGA-NETO, 2007, p.10). Em resumo, pode-se dizer que a própria noção de Estado de bem-estar nasceu sob o teto do biopoder, com o propósito de controle da população. Por fim, a (III) educação e ser-consigo. Neste parâmetro Foucault permite pensar sobre o que os educadores estão fazendo

consgo mesmos. Trata-se de refletir sobre como cuidar de si, por meio de um atravessamento das práticas e exercícios autônomos.

Dessa discussão, propõe-se refletir sobre uma questão acerca do biopoder e sua relação íntima com as práticas escolares, em especial no modo como tais práticas podem estar intimamente comprometidas com a mercantilização dos pensamentos e corpos. Por qual razão mesmo diante do século XXI ainda podemos identificar dispositivos disciplinares tão presentes nas salas de aula? Seria o neoliberalismo uma ferramenta de suporte essencial à manutenção de métodos disciplinares? Teria o neoliberalismo instituído um modelo que produz o individualismo e o auto empresariamento no modelo de manutenção do espaço escolar? Estas são perguntas complexas que nos auxiliam a problematizar os efeitos da escola no processo de subjetivação dos sujeitos.

Trata-se de pensar, portanto, como a escola participa ativamente da produção dos sujeitos na sociedade moderna. Tendo sido destinado às escolas o espaço formal onde se produz e aprende o conhecimento científico, qual seria o seu papel diante de uma sociedade neoliberal? Quais subjetividades a escola estaria ajudando a produzir? Essas questões refletem um universo de preocupação que nos permite acionar a ideia de subjetivação em Foucault para melhor compreender como ela se dá no encontro da escola e da sociedade neoliberal.

A escola diante da construção de subjetividades modernas

No contexto da expansão do pensamento neoliberal no Brasil, a construção de um tipo específico de subjetividade moderna pode ser um elemento importante a ser investigado, sob o ponto de vista do universo escolar. Assim como declara Veiga-Neto e Saraiva:

[...] se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que se pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social, fora das quais cada sujeito nem mesmo faz sentido. Sem esse tipo de posicionamento, cada indivíduo nem mesmo poderia ser pensado ou pensar em si mesmo como um sujeito. A governamentalidade é a dobradiça que nos permite mostrar uma articulação entre a genealogia do Estado e a genealogia do sujeito moderno. (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2011, p.9)

Assim, no contexto neoliberal, o mercado se alimenta da própria produção de corpos. Tais corpos se tornam os servos do mercado, dado que a servidão nesse processo é introjetada pela própria dinâmica que dá sentido a uma concepção de indivíduo incapaz de tornar-se sujeito. Ou seja, trata-se de um modelo que está longe de promover a autonomia para pensar e cuidar de si reforçando uma concepção mercadológica de indivíduo consumidor-consumível. A esse processo, tal qual propõe Veiga-Neto e Saraiva, damos o nome de sequestro.

Na Modernidade, a escola tornou-se a mais generalizada instituição de sequestro, sendo sua ação muito mais decisiva para a constituição das sociedades disciplinares do que outras instituições tais como a prisão, o exército, o hospital ou a fábrica. (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2011, p.6)

Para a consolidação dessa concepção surgem dispositivos de ordem educacionais, a fim de garantir a mão de obra e bons consumidores; ou seja, a garantia da volatilidade do sistema. Afinal, para que os jogos do mercado sejam bem articulados, os jogadores precisam ser bem preparados e conhecedores das regras. A escola, nesse sentido, torna-se palco fundante para que a reflexão sobre si e sobre a sociedade seja interrompida e não coloque em risco os jogos de poder em vigência. “Sem educação não há introjeção. E através do currículo são introduzidos os códigos de veridicção.” (informação verbal)⁴.

[...] e, mais do que qualquer outro espaço institucional, a escola parece ainda ser o locus em que tudo isso se combina em poderosos processos de subjetivação. A partir da governamentalidade e seus deslocamentos recentes para uma racionalidade neoliberal, pode-se entender, por exemplo, o crescimento das avaliações governamentais, tais como Enem e Enade, as transformações das propostas pedagógicas, as novas diretrizes para formação de professores. (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2011, p.9)

A utilização desses tipos de dispositivos poderia ser compreendida como ferramentas que elaboram a manutenção de um modelo competitivo de sociedade e expansão da regulação dos mais ou menos

⁴ Afirmação feita por Alfredo Veiga-Neto no V Colóquio Nacional Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação

aptos a participar do jogo neoliberal. Além disso, tais ferramentas fazem com que os indivíduos se percebam dentro de um jogo de vencedores e perdedores, de acordo com a meritocracia. Capturados pelo desejo da vitória, estabelecida à lógica bélica, somos convidados a competir uns com os outros. Uma concepção mais harmoniosa e equânime de sociedade falece diante de nós e conosco, privilegiando o individualismo e a compreensão de si mesmo como o seu próprio capital.

A disciplina como processo de subjetivação: docilidade e submissão às normas

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1999, p.165)

Para compreender o papel da disciplina no processo de subjetivação devemos retomar aspectos importantes para que essa relação seja evidentemente perceptível. Torna-se fundamental, portanto, reenfatar que as disciplinas não são invenções próprias do universo escolar, uma vez que são facilmente identificadas em instituições e organizações espaciais outras, tais como: quartéis e conventos.

Ao longo do tempo – em especial desde o século XVIII - podemos identificar inúmeras transformações pelas quais instituições passaram. O propósito foi de adaptá-las ao novo entendimento e funcionamento do poder nelas distribuídos. É possível, portanto, identificar de forma mais explícita o papel de utilidade da disciplina no controle dos indivíduos nesses espaços. Ou seja, a ideia de disciplina deixa de estar estritamente vinculada aos limites institucionais e passa a se estender e se fazer presente em vários espaços da sociedade. É, portanto, possível afirmar que a disciplina entendida como um tipo de poder que visa a estabelecer regras de comportamento é instaurado na sociedade com

determinadas finalidades, percebida sempre como uma espécie de estratégia que forja indivíduos que sejam dóceis e submissos às normas estabelecidas por espaços e instituições específicas, de acordo com o contexto e objetivo.

Isto posto, pode-se suspeitar que com as adequações das instituições e seus modos de disciplinar, também houve uma modificação em relação aos processos de subjetivação e, conseqüentemente, ao modo como os corpos foram docilizados diante dessas regras. Diante de novas modalidades e processos o corpo também passou a ser realocado diante da distribuição dos poderes que possuíam como propósito central a submissão psicofísica daquele às normas. Ou seja, se destaca nesse processo de transformação das instituições o modo como os corpos passaram a se submeter físico e psicologicamente aos novos modelos estabelecidos. Nesse sentido, a submissão do corpo e da subjetividade relativa a esse corpo acompanha as novas relações de produção econômica, consolidando um tipo de dominação própria: a exploração. Sendo assim, podemos afirmar que as subjetividades dos indivíduos também foram sendo fabricadas no decorrer do tempo.

Diante desse contexto, Foucault propõe a necessidade de refletirmos sobre o cuidado de si. Anteriormente em suas investigações, o autor descreve, à exemplificação dos gregos, o cuidado de si como uma escolha. Segundo Foucault, o cuidado de si tratava de:

[...] uma arte da existência que gravita em torno da questão de si mesmo, de sua própria dependência e independência, de sua forma universal e do vínculo que se pode e deve estabelecer com os outros, dos procedimentos pelos quais se exerce seu controle sobre si próprio e da maneira pela qual se pode estabelecer a plena soberania sobre si. (FOUCAULT, 1985, p. 234)

Com a formalização da disciplina, funcionando sobre uma base de técnicas, a introdução na vida social remete a mudança das subjetividades, pois cada indivíduo remete-se a mudar a si mesmo para adaptar-se ao mundo social, para justapor as novas exigências, modificando a si e constantemente buscando normalizar-se e homogeneizar-se. Por isso, pensar a escola nesse contexto nos permite aproximar a ideia de docilização dos corpos e a operacionalização dos corpos submetidos às normas, forjando não somente subjetividades, mas corpos que respei-

tem os enquadramentos e estabelecem relações de submissão frente a um poder. Docilização e submissão ora se encontram ora se fundem em uma espécie de corpo torturado, assaltado de sua capacidade de agência e autodeterminação frente às regras que se impõem como normas diante de cada indivíduo aspirante a sujeito.

A escola como espaço de disciplinarização

Dentro deste contexto previamente descrito, a escola se torna um espaço de investigação por excelência. É no ambiente escolar que lidamos de forma explícita com os conteúdos programáticos nomeados de *disciplinas*. Disciplinar quem? Disciplinar para quê? O contexto disciplinarizante que configura a escola é perpassado por inúmeros atravessamentos que assujeitam o indivíduo. Gênero, sexo, classe, raça, etnia são apenas alguns dos recortes possíveis que traduzem diferença em assimetria. Mais do que marcadores da diferença, tornam-se paradigmas sociais para se pensar os modelos impostos que engessam os corpos ali presentes diante de uma norma que privilegia um modelo único de corpo e subjetividade, consolidando o perigo da história única, denunciado pela pensadora nigeriana Chimamanda Ngozi no TedTalks de 2009.

Mas a quem responde a escola quando incorpora tais categorias como estruturantes de seu modelo e projeto de ensino? Suspeitamos que uma de tantas outras forças que interpelam as escolas é a concepção neoliberal que funda as relações entre os indivíduos, de modo a exigir desta instituição o elogio ao conceito universal de *utilização econômica*, que consequentemente impacta e provoca formas de compreensão sobre o papel da escola e estudantes, sob a ótica da relação de mercado. Resta-nos refletir sobre qual corpo a escola vem produzindo dentro do paradigma neoliberal de educação. Seria o corpo uma substância que carrega em si mesmo o cálculo utilitário, fruto de sua capacidade produtiva? Continuamos com Foucault para aprofundar tais reflexões.

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuida-

dosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1999, p.29)

Desta perspectiva, o corpo não está mais sendo observado somente por sua materialidade, mas como uma ferramenta para a produção de sujeitos submissos. Ou seja, o corpo torna-se ele mesmo uma ferramenta que é causa e consequência de sua submissão, dado que incorpora e reedita em um só tempo os interesses do capital que o regula. “Trataríamos aí do *corpo político* como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber”. (FOUCAULT, 1999, p.30, grifo nosso)

A escola vai se tornando um espaço - uma instituição - que regula corpos e produz normas sobre esses indivíduos. Ou seja, a escola torna-se não somente a produtora de verdades, mas a instituição que valida essas mesmas verdades e que propõe aos seus estudantes a incorporação das mesmas. O discurso que valida à verdade carrega consigo um método de verificação que serve de fundamento e propagação do *status quo* que pressupõe tecnologias individualizantes. Como descreve Gallo:

As tecnologias individualizantes utilizadas na escola, que nos parecem muito naturais, são na verdade bastante recentes: uma das mais simples e eficazes é a disposição estratégica da classe em filas. Essa disposição permite que todos os alunos sejam vigiados e controlados constantemente por um único professor. Tais tecnologias atingem os indivíduos em seus próprios corpos e comportamentos, constituindo-se numa verdadeira “anatomia política”, que individualiza a relação de poder. Essas estratégias de dominação, através da delimitação de espaços e da disciplina corporal, diferem quase nada em sua aplicação, seja nos exércitos seja nas escolas. (GALLO, 2004, p.92)

Gallo (2004) prossegue apresentando as estratégias adotadas pela escola. Segundo o autor:

Através do exame, a escola pode controlar os seus alunos, e não apenas no contexto eminentemente didático-pedagógico (de verificação da aprendizagem), mas sobretudo no aspecto político, pois o exame adquire também a conotação de uma sanção, de um castigo, seja qual for o seu resultado, bem como

enraíza inconscientemente em cada um a impressão de estar constantemente vigiado. Por outro lado, este instrumento declarado de poder, acaba por constituir-se na tecnologia mesma da transmissão do saber, pois é através do exame que o processo de ensino-aprendizagem é verificado, controlado, planejado e re-planejado etc. (GALLO, 2004, p.93)

Nesse processo, a escola passa a perceber o corpo não apenas enquanto materialidade biológica, mas enquanto um espaço em disputa. Tratando-se de uma disputa política, a construção dos sujeitos, ou seja, da passagem de indivíduos a sujeitos, atravessa um processo de investimento que necessariamente os submetem à noção de objetos e alvos do poder-saber (FOUCAULT, 1999, p.31). Para explicitar essa relação à autora Silvana Vilodre Goellner exemplifica:

Essa maneira de olhar o corpo implica entendê-lo não apenas como um dado natural e biológico, mas, sobretudo, como produto de um intrínseco inter-relacionamento entre natureza e cultura. Em outras palavras: o corpo não é algo que está dado *a priori*. Ele resulta de uma construção cultural sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. (GOELLNER, 2010, p. 73)

A produção de *verdades*, a partir de um único modo de compreensão, enquadra os sujeitos submissos à norma. Este espaço pode se tornar, portanto, um desencadeamento da fabricação de sujeitos facilmente controlados. O controle enquanto dispositivo complexo articula a submissão com a destituição do espírito livre capaz de ousar um pensamento autônomo, como propõe o filósofo Stuart Mill (MILL, 1991). Nele, o filósofo identifica uma tendência da sociedade moderna em uniformizar e anular o indivíduo em uma massa amorfa, através do estabelecimento de um padrão que acaba por inclinar a sociedade em estabelecer modelos de “normalidade”, por meio da tirania da maioria (MILL, 1991). Essa tirania anunciada por Mill é entendida na filosofia de Foucault como uma sucessão de controles que se dão de diferentes formas, passando pelas posturas, os gestos, automatizando os hábitos, a fala, as expressões aceitáveis dentro do universo formal etc. Trata-se da fabricação do corpo conveniente enquanto “objeto e alvo de poder” (FOUCAULT, 1999, p.163).

Esse corpo conveniente é inventado das mais diversas maneiras, através de dispositivos que funcionam repetida e minuciosamente, como expõe Foucault:

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; [...] (FOUCAULT, 1999, p.165)

“Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “microfísica” do poder;” (FOUCAULT, 1999, p.165). Minuciando através de uma grande astúcia, mascarando a intencionalidade transparecida por sua invisibilidade, mas por forte pretensão de normalizar os corpos a sua *malevolência* pressuposta aos atos disciplinares, tornando natural a submissão e normalização dos corpos. “A disciplina é uma anatomia política do detalhe.” (FOUCAULT, 1999, p. 166)

Desta forma, a ideia de disciplina passa a ser entendida necessariamente como um poder disciplinar, caracterizado por meio das transformações sociais, sobretudo, sob o ordenamento de uma burguesia detentora do discurso sobre os corpos, pelo deslocamento impositivo do poder absoluto/predominante e sobre o corpo social. Esse corpo social, formado por corpos individuais, é adestrado coletivamente como formas de docilização e submissão dos corpos. Como propõe Foucault:

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na *fila*: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que

não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (FOUCAULT, 1999, p.172)

Assim, na concepção foucaultiana, os dispositivos do poder disciplinar irão se caracterizar por meio da sutileza, do detalhe. Submetendo os corpos às formas de poderes, os sujeitos acreditam e dispõem seus corpos. Dessa forma, os corpos se desarticulam, e podem finalmente ser corrigidos, mediante as operações disciplinares. Sendo assim, uma forma de controlar as operacionalizações dos corpos é fazendo com que eles se submetam ao processo de subjetivação que os conduza à docilização e submissão. Corpos que insistentemente se assujeitem, em um só tempo, à utilidade dócil e à noção de normalidade.

Conclusão

A partir das análises propostas neste texto, pretendemos defender que Michel Foucault nos auxilia a pensar o exercício da ideia de disciplina dentro do espaço escolar em um contexto onde a mercantilização do saber torna-se cada vez mais presente no modo de estruturação do ensino. E assim o modo como diferentes instituições têm acionado a ideia de disciplina para promover seus ideais político-pedagógicos, aqui observamos a necessidade de refletir sobre a aliança necessária que foi estabelecida entre a *disciplina* e a aspiração de controle da subjetividade, a partir de políticas neoliberais. Tal diagnóstico nos permite afirmar junto com Foucault que há um projeto de subjetivação ainda em vigor que visa a docilização e submissão dos corpos ao ideário antirreflexivo. Ou seja, um projeto que tem como objetivo primordial a transformação e redução de todo e qualquer indivíduo em potencial consumidor-consumível, na contramão de uma educação emancipadora que permita que indivíduos se tornem sujeitos capazes de refletir criticamente sobre sua condição psicossocial, socioeconômica etc.

Neste contexto, os indivíduos consumidores – consumíveis passam a ser entendidos como uma equação, uma circulação de mercadorias. O corpo passa a ser um espaço em disputa para carregar uma ideia, reforçando o conceito das raízes do individualismo como dispositivos do autoempresariamento. Estabelecidos os espaços que perpetuam tal projeto, a escola passa a ocupar lugar central em nossas reflexões. Afinal, na mesma sociedade em que a escola é reconhecida como o espaço de produção de sujeitos, há um processo que “[...] organizou uma nova eco-

nomia do tempo de aprendizagem [...] e fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.” (FOUCAULT, 1999, p. 209).

Aqui, torna-se fundamental convocar o filósofo italiano Nuccio Ordine para o debate, à medida que reconhecemos a importância e urgência de impedir que a educação se transforme em uma forma de subserviência ao lucro (ORDINE, 2016). Nesse sentido, pensar em estratégias pedagógicas que interrompam o fluxo neoliberal que corrompe a educação implica em enfrentar as classificações dos saberes entre úteis e inúteis, sendo os primeiros considerados a partir de sua utilidade para o mundo tal qual ele é; e os segundos considerados saberes inúteis, logo, descartáveis. Pensar essa dimensão de classificação permite resgatarmos a filosofia, e em especial a filosofia da educação enquanto campo potente para a produção de um saber crítico sobre si, sobre o outro e o mundo como um todo. Ou seja, trata-se de analisar de que forma a lógica do lucro invade as estruturas do ensino, fazendo com que tanto escolas quanto universidades tornem-se pouco a pouco reféns da concepção de um saber útil, logo empresarial. Dentro dessa lógica, estudantes, como dito anteriormente, tornam-se consumidores-consumíveis. Ou seja, clientes de uma estrutura que os prepara para o mundo, na contramão de um projeto emancipatório que visa a estimular saberes críticos para que sejam capazes de articular considerações e projeções rumo a outro mundo possível. A escola se torna uma empresa na mesma medida que os estudantes se tornam clientes.

Repensar a educação se torna, portanto, uma máxima, como sugere Gallo (GALLO, 2004). Repensar a educação diante do contexto neoliberal e suas novas tecnologias disciplinares nos parece uma urgência. Para isso, é preciso resgatar não somente os conceitos elaborados por Foucault ao longo de sua trajetória intelectual, mas estarmos atentos ao modo como tais tecnologias nos atravessaram ao longo do processo educativo, moldando nossos corpos, comportamentos, aspirações e caminhos. Ou seja, como esses poderes criaram em nós uma espécie de anatomia política (FOUCAULT, 1990). Tal questionamento nos permite pensar sobre a produção desse sujeito consumidor-consumível que traz consigo seu potencial individualista e, com isso, um forte compromisso com as estratégias de dominação, domesticação e docilização inerentes ao contexto neoliberal onde se encontra o espaço escolar em disputa.

Diante dessa construção, o espaço escolar neoliberal é compreendido como um emaranhado de relações, onde sujeitos são conver-

tidos em mercadorias, sendo forjados através de tecnologias de poder bastante específicas; a partir de dispositivos disciplinares que produzem subjetividades dóceis e submissas às normas forjadas nas relações econômicas. Dentro de uma estrutura de poder orientada pelo capitalismo essas subjetividades estão mais facilmente submetidas às regras de poder instauradas pelo “mercado do saber”. Desse modo, pensar a escola como plataforma de disciplinamento para a vida social e futuramente para a vida produtiva expõe a força operante do sistema econômico seja por meio das políticas neoliberais aplicadas à educação, seja a partir da ideia de saber-poder que se impõe dentro desses espaços.

Procuramos apontar neste trabalho que os espaços de ensino enquanto instituição escolar deve romper com as bases da sociedade disciplinar, dada sua capacidade de acomodar com facilidade as exigências de uma sociedade neoliberal que visa a individualizar o poder a partir do processo de subjetivação (GALLO, 2004). Este processo se mostra nefasto, pois além de criar uma ilusão de liberdade e autonomia, visa a preparar única e exclusivamente o estudante para se tornar um potencial comprador, jamais estimulando a maioria ética para se tornar um indivíduo crítico. A crítica aqui se torna elemento primordial para que um sujeito seja capaz de eleger livremente a vida que deseja viver. Nesse sentido, a educação torna-se um campo iminentemente ético, político e estético que visa à possibilidade de uma estilística da existência (GALLO, 2004).

Para alcançar este objeto, o rompimento com a lógica da utilidade que atualmente atravessa todas as relações estabelecidas em sociedade se mostra enquanto convite político-pedagógico. Nessa direção, projetamos uma ideia de escola capaz de romper com esse processo nefasto de eleição de prioridades a partir do grau de utilidade e lucro que as mesmas representam para a sociedade capitalista. Ou seja, projetamos um rompimento com a ideia da escola enquanto mercado do saber na mesma medida que apostamos em uma escola que não somente seja capaz de emancipar sujeitos, mas que seja ela mesma emancipada.

Referências

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault; tradução Beatriz da Almeida Magalhães. -- 1. Ed.1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GALLO, Silvio D. **Repensar a Educação: Foucault**. Revista Educação &

Realidade. UFRGS. Porto Alegre, jan./jun. 2004. p. 79-97.

GALLO, Silvio D.; VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault: filosofia e educação ou Ensaio para uma filosofia da Educação. **Educação**. São Paulo: Segmento. n. 3 (Especial Foucault pensa a Educação), p. 16-25, mar, 2007.

GROELLNER, Silvana V. A Educação dos Corpos, dos Gêneros e das Sexualidades e o Reconhecimento da Diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 71-83, mar.2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 20ª edição, 1999, 288p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Las Redes del Poder**, In. FERRER, Christian (Comp.). El lenguaje Libertário (vol. 1). Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1990.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução e prefácio Alberto Rocha Barros; apresentação Celso Lafer. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991 (Clássicos do Pensamento Político; v. 22)

MOREY, Miguel. La cuestión del método. In: FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991.

ORDINE, N. **A utilidade do inútil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 191 p.

VEIGA-NETO, Alfredo. SARAIVA, Karla. **Educar como arte de governar**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, p.5-13, jan/jun 2011.

Recebido em: maio/2018

Aprovado em: agosto/2018